



PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. LEIS N. 10.520/2002, 8.666/1993 E 123/2006. REGULARIDADE.

I – RELATÓRIO

Trata-se de licitação cujo objeto é a *contratação de empresa especializada em prestação de serviços de arbitragem de jogo de futsal (masculino e feminino), futsal (categoria de base), futebol sete livre, futebol, e futebol categoria de base, com as devidas equipes compostas por árbitros, mesários e documentações*, ao custo máximo de R\$ 149.625,00, via pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, e sistema de registro de preços.

O procedimento foi distribuído à Procuradoria-Geral para análise e emissão de parecer, na forma do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/1993, e encontra-se instruído, dentre outros, com os seguintes documentos: a) termo de referência, justificativa de preço, parecer contábil e edital.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A obrigatoriedade de licitar consta no inciso XXI do art. 37 da CF:

Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O processo licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, mas também assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.



Dentre as modalidades licitatórias tem-se o pregão, instituído pela Lei n. 10.520/2002, que se destina à aquisição de bens e serviços comuns, sem limite de valor, em que a disputa ocorre via sessão pública por meio de propostas e lances, mediante classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço, a ser realizado, preferencialmente, pela forma eletrônica.

No que tange a fase preparatória do pregão, o art. 3º da Lei n. 10.520/2002 assim dispõe:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

O art. 11 da Lei n. 10.520/2002 e o art. 15 da Lei n. 8.666/1993 rezaem que as contratações de serviços e a aquisição de bens poderão ser processadas através do sistema de registro de preços:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1995, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

II - ser processadas através de sistema de registro de preços.

O professor Marçal Justen Filho¹ conceitua o registro de preços como *"um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital"*.

O registro de preços é cabível em caso de: a) contratações frequentes; b) entregas parceladas; c) aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, desde que na mesma pessoa política; d) quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Ele tem como principais vantagens: a) agilidade nas aquisições; b) redução do número de licitações; c) redução de custos; d) inexistência de estoques; e) redução de perdas com produtos perecíveis; f) inexistência de desembolso financeiro; g) evita-se o fracionamento ilegal de despesa.

Feitas essas considerações prévias, passa-se ao exame do caso concreto.

Modalidade: a Administração classificou o objeto como *serviço comum*, conforme se depreende da minuta do edital e termo de referência. Assim, por tratar-se de serviço comum e por não haver como se apurar, desde logo, se será necessária toda a quantidade almejada, o pregão é a modalidade adequada para a licitação pretendida, assim como o sistema de registro de preços.

Quantidade: infere-se do termo de referência que a quantidade estabelecida para o objeto possui subsídio no calendário esportivo elaborado pela Secretaria Municipal de Esporte.

Tipo: foi justificada a escolha do tipo de julgamento das propostas pelo menor valor por item, de sorte que os interessados poderão ofertar lances para todos os itens para os quais possuem interesse.

Preço: conforme se depreende dos autos, os valores estão justificados mediante a juntada de três orçamentos de pessoas jurídicas cujo ramo de atividade compreende o objeto pretendido. Essa forma de pesquisa, embora não seja a mais recomendada, já que há outros meios mais eficazes de fazê-la, não é vedada no ordenamento jurídico pátrio. De todo modo, está excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no termo de referência com os

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 12 ed. São Paulo: Dialética, 2008, p. 179.

de mercado apurados pela Administração, dado que a pesquisa e a valoração são de responsabilidade exclusiva do setor técnico competente.

Parecer contábil: a Diretoria de Contabilidade exarou parecer no qual atesta a existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para a contratação do objeto pretendido, nos termos dos arts. 7º, § 2º, II, e 38, caput, da Lei n. 8.666/1993 e art. 16 da Lei Complementar n. 101/2000.

Autorização: a autoridade competente exarou autorização para abertura de processo administrativo de licitação, de modo a suprir a exigência do art. 38 da Lei n. 8.666/1993.

Designação: verifica-se dos autos a presença dos atos de designação do pregoeiro e comissão de apoio, em cumprimento ao art. 3º, IV, da Lei n. 10.520/2002 e art. 38, III, da Lei n. 8.666/1993.

Edital: observa-se que a minuta de edital segue o padrão utilizado pelo Município, devidamente adaptado para o objeto em apreço. Fora isso, verifica-se que o edital atende às exigências descritas no art. 40 da Lei n. 8.666/1993 e na Lei n. 10.520/2002, bem como atende ao tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previsto no art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 e Decreto Municipal n. 386/2021.

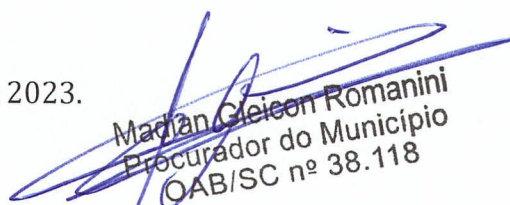
Minuta da Ata de Registro de Preços: observa-se que a minuta da ARP segue o padrão utilizado pelo Município, devidamente adaptada para o objeto em apreço. Assim, a minuta reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina esta Procuradoria-Geral pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo licitatório.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Cordilheira Alta/SC, 2 de março de 2023.


Márcio Gleison Romanini
Procurador do Município
OAB/SC nº 38.118



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

RUA CELSO TOZZO, 27 - CENTRO - Cordilheira Alta - SC
 CEP: 89819-000 CNPJ: 95.990.198/0001-04 Telefone: (49) 3358-9100
 E-mail: empenhos@pmcordi.sc.gov.br Site:

Solicitação de Compra Nº 6/2023

Solicitante:	SONIA C BRIANCINI	Data da Solicitação:	24/02/2023
Organograma:	0600100001 - Secretaria Munic. Cultura, Esportes e Turismo		
Local de Entrega:	MUNICÍPIO DE CORDILHERA ALTA		
Objeto:	ARBITRAGEM		
Justificativa:			
Observações:			
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	950102656-1	70,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTSAL (MASCULINO E FEMININO) COM EQUIPE COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO ALÉM DE SÚMULAS, E CONTROLE DA PARTE TÉCNICA ADMINISTRATIVA COM CANAL DE DIVULGAÇÃO DE TABELA, CLASSIFICAÇÃO E PUNIÇÕES.	250,0000	17.500,00
2	950102656-2	50,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTSAL CATEGORIA DE BASE (MASCULINO, FEMININO E/OU MISTO) COM EQUIPE COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO ALÉM DE SÚMULAS, E CONTROLE DA PARTE TÉCNICA ADMINISTRATIVA COM CANAL DE DIVULGAÇÃO DE TABELA, CLASSIFICAÇÃO E PUNIÇÕES.	170,0000	8.500,00
3	950102656-3	70,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTEBOL SETE LIVRE (MASCULINO) COM EQUIPE COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO ALÉM DE SÚMULAS, E CONTROLE DA PARTE TÉCNICA ADMINISTRATIVA COM CANAL DE DIVULGAÇÃO DE TABELA, CLASSIFICAÇÃO E PUNIÇÕES.	250,0000	17.500,00
4	950102656-4	100,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTEBOL (MASCULINO) COM EQUIPE COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO ALÉM DE SÚMULAS, E CONTROLE DA PARTE TÉCNICA ADMINISTRATIVA COM CANAL DE DIVULGAÇÃO DE TABELA, CLASSIFICAÇÃO E PUNIÇÕES.	450,0000	45.000,00
5	950102656-5	100,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTEBOL CATEGORIA DE BASE (MASCULINO, FEMININO E/OU MISTO) COM EQUIPE COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO ALÉM DE SÚMULAS, E CONTROLE DA PARTE TÉCNICA ADMINISTRATIVA COM CANAL DE DIVULGAÇÃO DE TABELA, CLASSIFICAÇÃO E PUNIÇÕES.	305,0000	30.500,00
6	950102656-6	175,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE BOCHA 48 COM EQUIPE COMPOSTA POR 01 ÁRBITRO E 01 MESÁRIO.	175,0000	30.625,00
Preço Total:						149.625,00

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
---------	-----------	---------	-----------------

Cordilheira Alta, 24 de Fevereiro de 2023.

Assinante